

CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP

Termo de Referência 19/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

19/2025

929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP

Status

CONCLUIDO

Editado por

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO

Atualizado em

28/08/2025 14:01 (v 2.2)

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

19/2025

Processo Administrativo

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de equipamentos de áudio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<div>Caixa Acústica</div> <div>Tipo: Portátil - Line Array Vertical</div> <div>Componentes 4 Alto-falantes 4" de gama completa (ângulo de dispersão): H130º x V30º</div> <div>Potência: 400 W</div> <div>Resposta Frequência: 120 Hz A 18 Khz KHZ</div> <div>Cor: Preta</div> <div>Resistência Ôhmica: 4 OHM</div> <div>Conectores: 2x SPK4</div> <div>Aplicação: Auditório</div> <div>Material: Alumínio</div> <div>MARCA / MODELO DE REFERÊNCIA: Caixa Acústica Line Array Vertical TCE-440 NEO - Soundcast ou equivalente.</div>	625678	Unidade	05	R\$ 2.501,48	R\$ 12.507,40

2	<p>Mesa de Som / Áudio</p> <p>Quantidade Canais: 32 CH, sendo 24 XLR /linha, 6 linhas, USB estéreo;</p> <p>Gravação/Reprodução dos 32 canais na memória RAM;</p> <p>Tipo Entrada: Balanceada Xlr;</p> <p>Tensão Alimentação: 100/240 V;</p> <p>Características Adicionais: 190 X 429 X 460 mm, 4 Entradas Estéreo, 16 Saídas Auxiliar;</p> <p>MARCA/MODELO: Mesa de Som Digital Compacta 32-canais QSC TOUCHMIX-30-PRO.</p> <p>Observação: indicação da marca/modelo justificada no Estudo Técnico Preliminar - NÃO SERÁ ACEITA OUTRA MARCA /MODELO para este item.</p>	391046	Unidade	01	R\$ 22.955,00	R\$ 22.955,00
3	<p><b>Amplificador Potência</b></p> <p>Potência: 2000w Rms Em 4 Ohms W</p> <p>Impedância Entrada: 30 Kohms Balanceada E 15 Kohms Desbalanceada</p> <p>Resposta Frequência: 20 Hz A 50 Khz</p> <p>Tensão Alimentação: 110/220 V</p> <p>MARCA / MODELO DE REFERÊNCIA: Amplificador de Potência Digital 4 Canais 2000W XPA-4500 110V - NXA ou equivalente.</p>	306291	Unidade	02	R\$2.811,24	R\$5.622,48
4	<p><b>Microfone Mini-Condensador</b></p> <p>Tipo Linha: À Condensador</p> <p>Tipo Switch: Baixa Frequência</p> <p>Tipo: Gooseneck</p> <p>Resposta Frequência: 50 A 16.000 HZ</p> <p>Conexão: Xlr m</p> <p><u>Características Adicionais: Haste Flexível em 2 pontos, um no topo e outro na base medindo de 30 A 50 Cm. Possuir Base integrada emborrachada com botão programável integrado.</u></p> <p>Alimentação: Phantom Power</p> <p>Padrão: Polar Cardióide</p> <p>Impedância de saída: 150 OHMS</p> <p>MARCA / MODELO DE REFERÊNCIA: Microfone Gooseneck</p>	622173	Unidade	12	R\$ 3.082,9541	R\$ 36.995,45

	Cardioide MX 418 D/C - Shure ou equivalente.  Observação: homologado pela Anatel.					
5	<b>Microfone sem fio portátil de lapela, com receptor USB-C e tecnologia de transmissão digital.</b>  <b>Tipo:</b> Portátil / Sem fio  <b>Alimentação:</b> Bateria interna recarregável via USB-C  <b>Resposta de Frequência:</b> 20 Hz - 20 kHz  <b>Padrão Polar:</b> Omnidirecional  <b>Conector:</b> USB-C (Receptor)  <b>Aplicação:</b> Gravação de áudio, videoconferência, transmissões ao vivo, podcasts  <b>Relação Sinal/Ruído:</b> 70 dB  <b>Distância Máxima de Transmissão:</b> Aproximadamente 300 metros (linha de visão)  <b>Tempo de Operação:</b> Até 10 horas (bateria recarregável)  <b>Outras Características:</b> Cancelamento de ruído inteligente, design compacto, compatível com dispositivos móveis, PCs e câmeras com entrada USB-C  MARCA / MODELO DE REFERÊNCIA: Hollyland Lark M2 Duo USB-C ou equivalente.  Observação: homologado pela Anatel.	615065	Embalagem com 2	02	R\$ 1.495,525	R\$2.991,05
					<b>*TOTAL</b>	<b>R\$ 81.071,38</b>

**\*Observação:** Os valores constantes neste Termo de Referência foram obtidos com base em pesquisa de preços elaborada nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com aplicação de tratamento estatístico dos dados coletados e análise do coeficiente de variação (CV), conforme boas práticas reconhecidas por órgãos de controle.

A média dos preços saneados foi adotada como valor estimado da contratação.

O relatório completo da pesquisa de preços deverá compor, oportunamente, os anexos do Edital, a ser oportunamensegue anexo a este Termo de Referência.

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre o descritivo do CATMAT e a ESPECIFICAÇÃO deste Termo de Referência, prevalecerá o descritivo deste Termo de Referência.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que são destinados ao uso público e ao atendimento das necessidades da coletividade. Esses bens são utilizados para a realização de atividades que beneficiam a sociedade, como a infraestrutura, serviços públicos e equipamentos que visam garantir o bem-estar da população.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias contados do(a) assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Em se tratando de fornecimento não contínuo, o prazo de vigência é o suficiente para a entrega do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Descrição da solução

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em fornecer infraestrutura completa para captação, processamento, amplificação e distribuição de áudio e vídeo de alta qualidade. Os equipamentos especificados garantem eficiência em eventos institucionais, treinamentos, conferências e transmissões ao vivo, atendendo às necessidades técnicas com alta fidelidade sonora e robustez operacional.

A composição da solução abrange os seguintes itens e justificativas para sua aquisição:

### 1. **\*\*Caixa Acústica\*\***:

- **Tipo: Portátil - Line Array Vertical**
- **Potência: 400 W**
- **Resposta Frequencial: 120 Hz a 18 kHz**
- **Quantidade: 5 unidades**
- **Material: Alumínio**
- **Cor: Preta**
- **Conectores: 2 x SPK4**

### 2. **\*\*Mesa de Som / Áudio\*\***:

- **Quantidade de Canais: 32 CH, sendo 24 XLR/R linha**
- **Tipo de Entrada: Balanceada Xlr**
- **Gravação/Reprodução dos 32 canais na memória RAM**
- **Tensão Alimentação: 100/240 V**
- **Saídas Auxiliares: 4**
- **Marca/Modelo: Mesa de Som Digital Compacta 32-canais QSC TOUCHMIX-30-PRO**
- **Quantidade: 1 unidade**

### 3. **\*\*Amplificador Potência\*\***:

- **Potência: 2000 W RMS em 4 Ohms W**
- **Impedância de Entrada: 30 Kohms Balanceada e 15 Kohms Desbalanceada**
- **Resposta Frequencial: 20 Hz a 50 kHz**
- **Tensão Alimentação: 110/220 V**
- **Marca/Modelo: Amplificador de Potência Digital 4 Canais 2000W XPA-4500 110V - NXA ou equivalente**
- **Quantidade: 2 unidades**

### 4. **\*\*Microfone Mini-Condensador\*\***:

- **Tipo: Condensador**
- **Resposta Frequencial: 50 Hz a 16.000 Hz**
- **Conexão: XLR**
- **Características Adicionais: Haste flexível em 2 pontos, com um topo e cordão de 50 cm. Possuir base integrada embutida com botão de ligação.**
- **Marca/Modelo: Microfone Gooseneck Cardioide MXL 418 DIC - Shure ou equivalente**
- **Quantidade: 12 unidades**

### 5. **\*\*Microfone Sem Fio\*\***:

- **Tipo: Portátil / Sem fio**
- **Resposta de Frequência: 20 Hz a 20 kHz**
- **Conexão: USB-C (Receptor)**
- **Distância Máxima de Transmissão: Aproximadamente 40 metros (linha de visão)**
- **Tempo de Operação: Até 10 horas (bateria recarregável)**
- **Marca/Modelo: Microfone sem fio portátil de lapela, com receptor USB-C e tecnologia de transmissão digital.**
- **Quantidade: 2 embalagens com 2 unidades cada**

## Considerações Finais

A aquisição desses equipamentos proporcionará uma melhoria significativa na qualidade do áudio durante as sessões e eventos da Câmara Municipal, garantindo uma comunicação clara e eficiente. A escolha dos produtos foi baseada em critérios de qualidade, durabilidade e funcionalidade, visando atender às necessidades específicas da instituição.

## 3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A presente contratação justifica-se para atender à necessidade de infraestrutura de áudio para sessões de Câmara e demais eventos institucionais, transmissões ao vivo, treinamentos e conferências, garantindo a captação, processamento, amplificação e distribuição sonora de forma eficiente e com alta fidelidade. A demanda por tais equipamentos decorre da necessidade de modernização e aprimoramento dos recursos tecnológicos existentes, possibilitando maior alcance e qualidade nas comunicações institucionais.

3.1.1. O dimensionamento do quantitativo de bens e serviços foi realizado com base na análise dos eventos e demandas recorrentes da instituição, considerando a necessidade de redundância operacional e a adequação dos equipamentos às características dos ambientes de uso.

**3.2. A solução proposta contempla equipamentos que garantem a captação e amplificação eficiente do áudio, possibilitando clareza na comunicação em ambientes institucionais, sejam eles fechados (auditórios e salas de reunião) ou em eventos híbridos e transmissões ao vivo. O detalhamento técnico de cada item e a justificativa para sua aquisição são apresentados a seguir:**

### 1. Caixa Acústica (05 unidades)

- **Necessidade:** Essencial para a reprodução sonora clara e uniforme em eventos e reuniões institucionais, garantindo que o áudio alcance toda a plateia com inteligibilidade.
- **Definição do quantitativo:** Considerando o tamanho do Plenário (auditório em que se realizam as sessões e demais eventos da Câmara), cinco caixas acústicas são necessárias para cobertura adequada e redundância operacional. O sistema Line Array foi escolhido por sua capacidade de projeção eficiente e minimização de reflexões indesejadas.

### 2. Mesa de Áudio/Vídeo - Switcher de Vídeo (01 unidade)

- **Necessidade:** Centraliza o processamento e a distribuição de áudio, permitindo ajustes precisos de volume, equalização e mixagem, além da integração com sistemas de transmissão ao vivo.
- **Definição do quantitativo:** Uma unidade é suficiente para gerenciar os canais de áudio necessários e permitir controle completo sobre a sonorização dos eventos institucionais.

### 3. Amplificador de Potência (02 unidades)

- **Necessidade:** Responsável por fornecer potência adequada às caixas acústicas, garantindo volume suficiente para cobrir os ambientes sem distorções.
- **Definição do quantitativo:** Considerando a necessidade de alimentar múltiplas caixas acústicas com potência equilibrada, dois amplificadores de 2000W RMS foram dimensionados para evitar sobrecarga e proporcionar redundância.

### 4. Microfone Directional (12 unidades)

- **Necessidade:** Essencial para a captação de áudio direcional em conferências e apresentações, minimizando ruídos externos e garantindo clareza na fala dos palestrantes.
- **Definição do quantitativo:** Foram previstas 12 unidades para atender simultaneamente a todos os vereadores da casa, levando em consideração o número total de edis e um microfone sobressalente para eventual necessidade.

### 5. Microfone Lapela Sem Fio (02 unidades)

- **Necessidade:** Permite a mobilidade dos palestrantes e facilitadores sem comprometer a qualidade do áudio, sendo ideal para apresentações dinâmicas e gravações institucionais.
- **Definição do quantitativo:** Duas unidades foram estabelecidas para cobrir múltiplos palestrantes e atender às demandas simultâneas de eventos híbridos e presenciais.

### 3.3. A definição do quantitativo de equipamentos foi baseada na análise dos seguintes critérios:

1. **Média de eventos realizados:** Foram consideradas as sessões de Câmara, bem como outros eventos realizados na Câmara - reuniões, palestras, transmissões ao vivo.

2. **Capacidade dos ambientes:** O dimensionamento do áudio foi calculado com base na metragem do Plenário, garantindo cobertura adequada sem excessos ou deficiências.
3. **Redundância operacional:** Foram previstas quantidades que asseguram continuidade nos eventos, mesmo em caso de falha ou necessidade de substituição emergencial de equipamentos.
4. **Compatibilidade e integração:** Os equipamentos foram selecionados para oferecer compatibilidade entre si, garantindo um sistema robusto e escalável conforme as demandas futuras.

#### 4. Resultados e Benefícios Esperados

A implementação desta solução de TIC trará os seguintes benefícios à instituição:

**Melhoria na qualidade da comunicação** – Eventos e transmissões contarão com áudio claro e inteligível, minimizando falhas e ruídos indesejados.

**Maior eficiência operacional** – O sistema permitirá ajustes rápidos e precisos, facilitando a gestão dos eventos e sessões.

**Maior alcance e acessibilidade** – A solução possibilitará transmissões ao vivo e melhor cobertura sonora nos ambientes físicos.

**Modernização dos recursos institucionais** – O investimento em equipamentos atualizados garantirá maior vida útil e compatibilidade com novas tecnologias.

**Redução de falhas e interrupções** – A redundância operacional minimiza riscos de problemas técnicos durante eventos importantes.

#### Conclusão

A presente contratação é imprescindível para garantir a modernização e eficiência da infraestrutura de áudio e vídeo institucional. O dimensionamento dos equipamentos foi cuidadosamente planejado para atender às reais necessidades da instituição, garantindo compatibilidade, qualidade e longevidade dos recursos adquiridos. A solução proporcionará eventos mais organizados, transmissões eficientes e maior profissionalismo na comunicação institucional.

3.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## 4. Requisitos da contratação

#### Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos requisitos expostos neste instrumento;

#### Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

#### Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD /ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

#### Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, não há necessidade na realização de manutenções pela Contratada, havendo que se observar apenas a garantia legal dos equipamentos fornecidos;

#### Requisitos Temporais

4.5. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.6. Os equipamentos devem estar aderentes à diretrizes sociais, ambientais e culturais. De acordo com o art. 16, inciso I, alínea “g” da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, os Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais definem os requisitos que a Solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União.

### **Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

4.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.18. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

### **Requisitos de Formação da Equipe**

4.19. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

## Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.20. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Nota de Empenho emitida pela Contratante.

4.21. O andamento do fornecimento dos equipamentos dever ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

### Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.22. Na presente contratação será admitida a sugestão / indicação da(s) marca(s) e modelos de referência para fins de similaridade (item 1, 3, 4 e 5 deste instrumento), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares;

4.22.1. Nesse caso, permite-se menção a marca de referência no aviso, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.

4.23. Para o item 2, será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: Mesa de Som Digital Compacta 32-canaís QSC TOUCHMIX-30-PRO.

4.23.1. Para esse item, NÃO SERÁ ACEITA OUTRA MARCA/MODELO, conforme justificado em Estudo Técnico Preliminar.

## Subcontratação

4.23. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da Contratação

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Papéis e responsabilidades

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor, Fiscais e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Nota de Empenho e/ou Contrato, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.

### 5.2. São obrigações do CONTRATADO:



- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

## **6. Modelo de execução do contrato**

### **Rotinas de execução**

#### **Do Encaminhamento Formal de Demandas**

- 6.1. O setor de contabilidade emitirá a Nota de Empenho para a entrega dos bens contratados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na proposta, bem como no termo de referência.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

### **Forma de execução e acompanhamento dos serviços**

#### **Condições de Entrega**

- 6.4. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho e/ou da assinatura do Contrato, em remessa única.
- 6.5. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*
- 6.6. Os bens deverão ser entregues no endereço da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé: Rua Bom Jesus, 145 - Solar da Mantiqueira, Tremembé-SP, de segunda a sexta-feira das 8h às 17h.

### **Formas de transferência de conhecimento**

- 6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **Mecanismos formais de comunicação**

- 6.18. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.18.1. Contrato;

6.18.2. Nota de Empenho;

6.18.3. Ata de Reunião;

6.18.4. E-mail.

## **Formas de Pagamento**

6.19. Os critérios de medição e pagamento serão tratados no item 8.25 e seguintes deste Termo de Referência.

## **7. Modelo de gestão do contrato**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.6.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

7.7. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a

formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **Gestor do Contrato**

7.8. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

## **Crítérios de Aceitação**

7.15. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.16. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.17. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.18. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.19. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.20. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.21. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.22. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.23. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.24. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJE-TO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

### **Infrações e Sanções Administrativas**

7.25. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.26. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.26.1. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.26.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.26.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.26.4. Multa:

7.26.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.26.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.26.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.26.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,1% (um décimo por cento) a 0,5% (meio por cento) do valor da contratação.

7.26.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.

7.26.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.26.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

7.26.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da contratação.

7.27. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.28. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.29. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.30. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.31. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.32. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.32.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.32.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.33. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.33.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.33.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.33.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.33.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.33.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.34. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.35. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.36. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.37. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.38. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **Critérios de medição e de pagamento**

### **Recebimento do objeto**

7.39. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.40. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.41. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.42. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.43. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.44. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.45. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.46. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.47. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.47.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.48. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.48.1. o prazo de validade;
- 7.48.2. a data da emissão;
- 7.48.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 7.48.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.48.5. o valor a pagar; e
- 7.48.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.49. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.50. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.51. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.52. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.53. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.54. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.55. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.56. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.57. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.58. O pagamento será realizado preferencialmente por meio de boleto ou por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pelo Contratado, em conta do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

7.59. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.60. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.61. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.62. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.63. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.64. As cessões de crédito não fiduciárias não serão aceitas pelo Contratante.

7.65. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.66. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 7.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.67. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.68. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## 8. Do reajuste

8.1. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

## 9. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

### Da Aplicação da Margem de Preferência

9.2. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

9.2.1. Justifica-se a não aplicação da reserva de cota de 25% prevista no art. 48, III da LC nº 123/2006, tendo em vista que: (i) a contratação envolve itens com quantitativos reduzidos e alta especificação técnica, (ii) não há garantia de existência de, ao menos, três fornecedores enquadrados como ME/EPP para cada item, e (iii) a divisão do objeto em cotas poderia comprometer a uniformidade do fornecimento e a economicidade da contratação.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. A licitante deverá apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, podendo ser exigidos também os do penúltimo exercício, quando tecnicamente justificado no processo.

9.23.1. Serão exigidos os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), calculados com base no último exercício social, com resultado superior a 1 (um).

9.24. Caso algum dos índices indicados no item anterior seja inferior ou igual a 1 (um), a licitante deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido não inferior a 5% do valor estimado da parcela pertinente do objeto licitado, nos termos do §1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

9.25. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão apresentar balanço de abertura, podendo substituir os demonstrativos contábeis exigidos.

9.26. A regularidade dos índices econômicos exigidos deverá ser atestada por declaração assinada por profissional contábil habilitado, com base nas demonstrações apresentadas.

9.27. Para fins de verificação da consistência das demonstrações, a Administração poderá considerar os parâmetros de obrigatoriedade de escrituração contábil digital (ECD) perante a Receita Federal, sem prejuízo da exigência de balanço assinado e registrado por todas as licitantes.

## 10. Estimativas do valor da contratação

**Valor (R\$):** 81.071,38

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 81.071,38 (oitenta e um mil, setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela prevista no subitem 1.1.

## 11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé para o Exercício.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02 - PODER LEGISLATIVO

ÓRGÃO: 52 DIRETORIA GERAL

UNIDADE: 01 DIRETORIA GERAL

01.122.0071.2149 Manutenção das Atividades Relacionadas a Diretoria Geral

4.4.90.52.00 Equipamento e Material Permanente

4.4.90.52.33 Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIANA LOPES HOHMANN CLARO**

Agente de contratação

**PAULO ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR**

Autoridade competente

**JACKSON BARBOSA DE OLIVEIRA**

Assessor Parlamentar